

# Ciência Atual

Revista Científica  
Multidisciplinar das  
Faculdades São José

2018

Volume 11 | Nº1



FACULDADES  
SÃO JOSÉ

ISSN 2317-1499

# PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES: PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ACERCA DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Parque Natural Municipal Chico Mendes: Population Perception about Full Protection Conservation  
Unit in Rio de Janeiro City

---

**Juliana Ramos Costa**

Faculdades São José. Escola de Saúde.

**Thiago de Ávila Medeiros**

Faculdades São José. Escola de Saúde.

**Fernanda Avelino-Capistrano**

Faculdades São José. Escola de Saúde.

**Daniel Medina Corrêa Santos**

Faculdades São José. Escola de Saúde.

## RESUMO

Unidades de Conservação são espaços territoriais com limites definidos que tem como objetivo a conservação. O presente estudo foi realizado no Parque Natural Municipal Chico Mendes (PNMCM), uma unidade de conservação (UC) de proteção integral. O objetivo desse tipo de UC é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. Este estudo tem como objetivo analisar a percepção que os visitantes possuem em relação ao PNMCM. Desta forma, foram aplicados 60 questionários aos visitantes do parque durante cinco dias, em finais de semana entre agosto e setembro. Podemos observar que mesmo que haja preocupação por parte dos visitantes em relação ao meio ambiente, tal sensibilidade não é provocada ou relacionada com e/ou pela UC, mostrando que o parque falha no que concerne em orientar e educar a população sobre o meio ambiente. Apesar disso, observou-se também, por conta de relatos, que a população considera importante os espaços como PNMCM, por proporcionar um contato com a natureza, o que está cada vez mais escasso devido a expansão urbana.

**Palavras-Chave:** Áreas protegidas; Plano de Manejo; Educação Ambiental; Conservação.

## ABSTRACT

Conservation Units are territorial spaces with defined limits that aim at conservation. This study was realized in Parque Natural Municipal Chico Mendes (PNMCM), a full protection conservation unit (UC). The purpose of this type of UC is the preservation of natural ecosystems of great ecological and scenic beauty relevance, enabling the realization of scientific research, environment educational activities development, recreation in contact with nature and ecological tourism. This study has as objective to analyze the visitors' perception regarding the PNMCM. For this, 60 questionnaires were applied to park visitors for 5 days, on weekends between August and September. Analyzing the answers, it was noticed that visitors are concerned about the environment, but this sensitivity is not provoked or related to the UC, demonstrating the park fails to orient and educate its visitors about environment. Despite this, it has also been observed, on account of the reports, that the population considers it is important to have spaces like PNMCM to provide contact with nature that is increasingly scarce due to urban sprawl.

**Keywords:** Protected areas; management plan; environmental education; conservation

## INTRODUÇÃO

Com o aumento da população humana no planeta, o que era um ambiente contínuo torna-se cada vez mais fragmentado, não só pelo fato das pessoas ocuparem espaços, mas também pela necessidade de extrair recursos para manter essa mesma população (CZECH, 2003; VIEIRA et al., 2005). Em função dessa necessidade, as taxas de desmatamento têm aumentado, reduzindo as áreas naturais e aumentando os impactos antrópicos sobre o meio ambiente (CZECH, 2003). Além disso, a fragmentação de ambientes naturais produz diversos efeitos negativos sobre as comunidades fragmentadas, como por exemplo, a redução da diversidade biológica, a diminuição das populações de espécies, a diminuição do fluxo gênico, entre outros (TABARELLI et al., 1999; WILSON et al., 2016).

Diante desse cenário, o que temos hoje são áreas cada vez menores de florestas, trazendo impactos negativos para os sistemas ecológicos e sobre os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas. São esses serviços que garantem a qualidade do ar, a regulação do fluxo de águas, o controle de enchentes, redução da incidência de pragas e doenças através do controle biológico, polinização de plantas agrícolas e silvestres, entre outros (ATHAYDE, 2005b). Porém, para que os serviços supracitados sejam prestados de maneira eficiente, é necessário que haja uma manutenção da biodiversidade, pois TEIXEIRA (2011) aponta que a perda de habitats é uma das principais causas da perda de espécies. Sendo assim uma das formas de garantir a manutenção desses ecossistemas é a criação de áreas protegidas.

Até o final da década de 1990, o Brasil se encontrava com várias categorias de áreas protegidas. Diversos instrumentos legais dispunham sobre a criação dessas áreas, desde o decreto federal 23.793 de 1934, que estabeleceu o primeiro código florestal e designou a criação de áreas para a preservação de florestas, também na lei federal 4.771 de 1965, na lei federal 5.197 de 1967, nas leis federais 6.902 e 6.938 de 1981, no decreto federal 89.336 de 1984. No entanto, em nenhum desses instrumentos legais foram considerados os processos de criação, gestão e manutenção dessas áreas e nenhuma delas foi denominada unidade de conservação (UC).

Assim para garantir a eficácia dessas categorias, era necessária a criação de leis e diretrizes que norteassem a gestão de tais áreas (DRUMMOND et al, 2010). Para isso foi criada a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamentou o inciso III do § 1º do artigo 225 da Constituição Federal, onde se define uma unidade de conservação (UC), juntamente com suas diretrizes e metas, e que também institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Segundo esta lei unidade de conservação é:

*“Art. 2º, inciso I: Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Brasil, 2000).*

Além disso, as UC abrigam importantes remanescentes florestais (ROCHA, 2003) garantindo assim, que serviços ecossistêmicos sejam prestados; e para além de uma visão puramente utilitarista, as UC permitem que espécies sejam preservadas pelo simples direito que elas têm de existirem (GANEM E DRUMMOND, 2010). Assim, o objetivo específico do SNUC foi estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC. De acordo com a lei federal 9.985 de 18 de junho de 2000, as unidades de conservação são divididas em dois grandes grupos: de proteção integral e a de uso sustentável. O primeiro consiste em unidades com o objetivo de preservar a natureza, admitindo somente seu uso indireto; enquanto o segundo, objetiva conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. O grupo de proteção integral é formado por cinco categorias de unidades, sendo elas: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já no grupo de uso sustentável, as categorias são: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Os parques são unidades de conservação de proteção integral. Seu objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Devido à elevada riqueza e endemismo de espécies, o Estado do Rio de Janeiro é considerado de extrema importância biológica (BOVINI et al., 2013; HERKENHOFF, 2006). A maior parte dos remanescentes florestais do Estado se encontra dentro de UC (ROCHA, 2003). Segundo MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2015) o Estado do Rio de Janeiro possui 260 UC, onde 62 são de Proteção Integral e 198 de Uso Sustentável. Das 260 Unidades, 84 são administradas pela esfera Federal, 101 pelo Estado e 75 pelos municípios. O processo de criação de uma unidade de conservação começa com a demanda criada pela percepção da necessidade da conservação de uma determinada área, esta demanda pode ser originada por técnicos do órgão ambiental, pesquisadores, representantes do poder legislativo ou executivo, sociedade civil, ONG ambientalista, etc (OLIVEIRA E BARBOSA, 2010). A Origem da palavra percepção vem do latim perception e tem diversas definições que vão desde a recepção de estímulos até à intuição, ideia, sensação, imagem e representação intelectual (MARIN, 2008). Em seu trabalho, SHIRAIISHI (2011) cita que a percepção é resultado de dois conjuntos de fatores: as nossas pré-concepções mentais juntamente com o que os nossos órgãos sensoriais processam, gerando sentindo e entendimento para as questões do mundo. Dessa maneira, podemos entender que a nossa percepção do mundo se dá através das nossas experiências de vida e pelo o que nos é revelado através dos nossos órgãos sensoriais.

Diante da complexidade que envolve em perceber algo, FERNANDES et al. (2004) diz que cada indivíduo percebe o meio ambiente de formas diferentes, conseqüentemente as reações e as respostas de cada pessoa será resultado dos julgamentos, expectativas, anseios, satisfações, insatisfações e condutas de cada indivíduo. Dessa maneira, os estudos na área da percepção ambiental, tornam-se importante, pois nos permite identificar como o homem interfere no ambiente e como o ambiente influencia na vida do homem e quando essa relação, que é diferente para cada indivíduo e/ou sociedade, é entendida torna-se possível a gestão de conflitos, o planejamento de políticas e programas de educação ambiental, possibilita a análise de valores, expectativas e interesses das populações locais em relação a uma unidade de conservação (SHIRAIISHI, 2011).

ACSELRAD (2004) distingue três formas de apropriação do meio ambiente: (1) as formas técnicas, que são os modos de uso do meio ambiente, ou seja, é a inserção, extração e deslocamento de materiais; (2) as formas sociais, que é concebida através da diferenciação social, ou seja, a partir da distribuição desigual de acesso, posse e controle de recursos materiais; (3) as formas culturais, que são os inúmeros significados que os indivíduos ou a própria sociedade atribui ao meio ambiente, ou seja, cada cultura tem um modo próprio de ver o mundo que o cerca. As formas técnicas estão mais relacionadas ao uso do meio ambiente para gerar crescimento econômico (ACSELRAD, 2004). TERBORGH E SCHAİK (2002) apontam que um dos principais dilemas em torno da implementação das UC está relacionado ao paradoxo entre conservação e desenvolvimento econômico. CZECH (2003) também alega que o crescimento econômico é o principal desafio para a conservação da biodiversidade. TERBORGH E SCHAİK (2002) acrescentam que as dificuldades em se implementar UCs são ampliados em países em desenvolvimento por lidarem com pobreza, dívidas externas e má distribuição de renda os governos se encontram pressionados e, por isso, se mostram relutantes em alocar recursos para proteção ambiental.

A partir dessa ideia pode-se considerar que os conflitos ambientais são gerados quando um mesmo território é ou será usado de maneiras diferentes pelos atores sociais (CARNEIRO, 2005). Assim, ter uma análise comparativa sobre a percepção de diversos grupos sociais sobre uma determinada área possibilita-nos apontar as discordâncias e sentimentos, além de contribuir para a gestão ambiental (SHIRAIISHI, 2011).

Diante da importância de se manter áreas que garantam a preservação dos ecossistemas e por entender que as UCs de proteção integral, quando implementadas e geridas de maneiras adequadas, conseguem cumprir esse objetivo, torna-se importante avaliar a percepção da população no entorno das UCs, já que o SNUC em seu artigo 5º inciso 3 prevê a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Portanto, esse artigo tem como objetivo avaliar a percepção e conhecimento dos visitantes do Parque Natural Municipal (PNM) Chico Mendes em relação a uma unidade de conservação de proteção integral.

## MATERIAL E MÉTODOS

### Área de estudo

Para a realização do presente trabalho foi escolhido o Parque Natural Municipal Chico Mendes (PNMCM). O parque foi criado no Decreto Municipal nº 8.452, de 8 de maio de 1989. Em 17 de setembro de 2002 foi realizada a alteração do nome, delimitação e objetivos por meio do Decreto Municipal nº 22.025. O PNMCM possui uma área de aproximadamente de 43,64 ha. Está situado na baixada de Jacarepaguá, no bairro do Recreio dos Bandeirantes que pertence a XXIV Região Administrativa, AP-4. Localiza-se no Pontal de Sernambetiba, entre a Avenida das Américas (km 17) e Avenida Sernambetiba, tendo a Oeste o Morro do Rangel e a Leste a lagoa de Marapendi. A entrada do Parque se encontra na Avenida Jarbas de Carvalho nº 679.

O funcionamento do Parque é de terça-feira a domingo, incluindo feriados de 8-17h. No período de horário de verão, o parque estende o funcionamento até às 18h. Possui um circuito de trilhas com um total de 1.643 m. As principais trilhas são: Trilha do Pau-brasil (229 m); Trilha da Garça-branca (175 m); Trilha da Lagoinha (310 m); Trilha do Teiú (50 m); Trilha do Tiê-sangue (430 m); Trilha da Preguiça (78 m); Trilha da Figueira (152 m); Trilha da Torre (51 m) e a Trilha do Sabiá (96 m) (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2014a).

O Bairro Recreio dos bandeirantes, pertencente à região administrativa da Barra da Tijuca, possui 3.065,56ha e uma população composta por 82.240 habitantes. Sua área vegetal cobre 38% do bairro, 37,4% do seu território é de área urbana e 23,4% são de áreas de pouca ou nenhuma vegetação. Dos 1165,7ha de vegetação que cobrem o bairro, 39,9% é de vegetação secundária, 22,8% é de vegetação gramíneo-lenhosa, 15,3% é representado por agriculturas, 12,3% de vegetação arbóreo-arbustivo, 9% de restinga e somente 0,7% de reflorestamento. O bairro tem uma área de 604,8ha protegida por Unidades de Conservação, sendo que 450,1ha são do tipo proteção integral e 159,7 são de uso sustentável (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2015).

### Métodos

Foi elaborado um questionário contendo nove perguntas fechadas, oito perguntas abertas e três perguntas semia-abertas, totalizando 20 questões que buscaram: traçar um perfil socioeconômico do visitante (sexo, idade, residência, renda mensal, escolaridade e profissão) e averiguar a compreensão dos visitantes acerca dos seguintes temas: unidade de conservação, conservação ambiental, bioma, mata atlântica, impactos relacionados à visitação e educação ambiental. O questionário é apresentado no Anexo I.

Para facilitar a análise das perguntas abertas e semiabertas do questionário, foi utilizada, com adaptações, a técnica de análise textual, que MORAES (2005) define como:

*“Processo de desconstrução, seguida de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se a partir disso, novos entendimentos sobre os fenômenos e discursos investigados” (MORAES, 2005, p.87).*

A análise textual envolve a construção de um sistema de categorias a partir da identificação de enunciados dos materiais a ela submetidos, categorizando-os e integrando nesta, descrição e interpretação (MORAES, 2005). Foi realizado, portanto, leituras das respostas dos entrevistados com o intuito de interpretar as ideias apresentadas e consequentemente compreender seus núcleos de sentido. Após o término da análise dos questionários foram criadas categorias de respostas, onde se buscou agrupar as respostas que continham significados semelhantes podendo, desta forma observarmos em média tais compreensões acerca PNMCM.

Foram aplicados 60 questionários aos visitantes do PNM Chico Mendes no total, em cinco dias entre agosto e setembro de 2015. As entrevistas foram realizadas nos finais de semana (sábado e domingo) em dias alternados, das 10h às 15h, que corresponde ao período de maior frequência de visitantes (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2014).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A grande maioria dos entrevistados, cerca de 72%, são moradores do bairro do Recreio dos Bandeirantes, bairro no qual está inserida a referida UC. Os demais visitantes são provenientes de bairros adjacentes. Foram entrevistadas apenas duas pessoas eram de fora da cidade do Rio de Janeiro que estavam no parque por trabalharem em residências do bairro, como por exemplo, babá. A predominância de visitantes que moram no próprio bairro pode estar relacionada com o que foi observado por RAMPEL et al. (2008) em seu trabalho com três escolas que possuíam distâncias variadas em relação à uma UC, as crianças da escola mais próxima à UC tinham mais interesse e a visitavam com mais frequência em comparação com os alunos das duas escolas mais distantes.

A faixa etária variou entre 22 e 73 anos, na qual a faixa com maior frequência foi de 30 a 39 anos. Com relação ao sexo dos visitantes, observou-se que a maioria era composta por mulheres (70%). Mais da metade dos entrevistados (58%) possui nível superior e a maior faixa de renda dos entrevistados está entre quatro e 10 salários mínimos, onde 21,6% apresentaram esta renda, seguido da renda de dois a quatro salários mínimos (16,6%). Segundo dados do censo demográfico de 2010 do IBGE, os resultados deste estudo condizem com a realidade do Município do Rio de Janeiro, a não ser com relação à escolaridade, como por exemplo, parte da população carioca possui nível fundamental incompleto (30%) e apenas 14,5% da população possui nível superior completo (IBGE, 2010). No que tange à frequência dos visitantes, 50% afirmaram que visitam o parque mais de uma vez por mês (Tabela I) e a principal atividade está concentrada no lazer que o parque proporciona aos visitantes. Entre as atividades realizadas pelos entrevistados no parque, 45% disseram que era "passear com os filhos". Na Tabela II são apresentadas outras atividades que também estão relacionadas ao lazer que o parque pode proporcionar.

Quando perguntados sobre qual é o principal motivo da existência do parque, 45,6% das respostas continham algo relacionado à conservação. O lazer foi o segundo motivo mais frequente entre as respostas dos visitantes (29,41%) e apenas 2,9% não souberam responder (Tabela III). Diante da análise desta pergunta, podemos considerar que os visitantes do parque possuem certo grau de conhecimento acerca dos principais objetivos de uma unidade de proteção integral, já que os motivos citados estão de acordo com o que o SNUC cita como objetivo básico de um parque, que é:

"A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico" (BRASIL, 2000).

Quando inquiridos sobre o que seria uma UC, 50% dos visitantes responderam que não sabiam do que se tratava. Isso pode demonstrar que, para metade dos visitantes, os conhecimentos sobre conservação não são necessariamente relacionados às unidades de conservação, ou seja, tais conhecimentos são obtidos através de vivências externas à UC. Sustenta tal hipótese o fato de que 54,6% dos visitantes não saberem que o PNMCM é uma UC. Os outros 43,3% que responderam que sabiam que o parque é uma UC, declararam que souberam dessa informação de diversas fontes como mostrado na Tabela IV, sendo estas as principais: o museu do parque, as mídias de informação e a dedução.

**Tabela I. Frequência de visitas no Parque Natural Municipal Chico Mendes entre os entrevistados.**

Frequência visita	Número de visitantes	%
Primeira vez	13	21,67
Uma vez por mês	5	8,33
Mais de uma vez por mês	30	50,00
Uma vez por ano	2	3,33
Mais de uma vez por ano	10	16,67
Total	60	100,00

**Tabela II. Principais atividades realizadas pelos visitantes do PNM Chico Mendes.**

Atividades	Número de visitantes	%
Caminhada esportiva	6	10,00
Trilha	7	11,67
Piquenique	1	1,67
Passear com filhos	27	45,00
Contemplação da natureza	7	11,67
Conhecer	5	8,33
Outros	7	11,67
Total	60	100,00

**Tabela III. Categoria das respostas dadas pelos visitantes quando perguntados o motivo da existência do parque**

Categoria	Frequência de respostas	%
Conservação	31	45,59
Lazer	20	29,41
Pesquisa	5	7,35
Educação	3	4,41
Não sabe	2	2,94
Outros	7	10,29
Total	68	100,00

**Tabela IV. Modo como os visitantes souberam que o PNM Chico Mendes é um UC.**

Respostas	Número de entrevistados	%
Museu do parque	7	26,92
Mídias de informações	5	19,23
Escola do filho	2	7,69
Deduziu pela entrevista	5	19,23
Não respondeu	2	7,69
Funcionários	2	7,69
Outros	3	11,54
Total	26	100,00

O plano de manejo do PNMCM conta com um programa de relações públicas, dentre outras as atividades, podemos citar a seguinte: “Desenvolver um website bilíngue do PNM Chico Mendes, vinculado ao website oficial da SMAC, que deverá ser atualizado periodicamente” (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2014b). No entanto foi encontrado apenas um sítio de publicações não oficiais do PNMCM (disponível no endereço: <http://parquechicomendes.blogspot.com.br>), cuja última atualização foi em 10 de julho de 2014, antes da publicação do plano de manejo da unidade de conservação. RAMPEL et al. (2008) reconhece em seu trabalho que a falta de conhecimento sobre UC pode estar vinculada a pouca informação sobre atividades da instituição e/ou da falta de ação da própria UC, os autores ainda levantam a necessidade de ações de educação ambiental (EA) dentro das UC. Alguns estudos apresentam o “desconhecimento” como um tema frequente em relação as unidades de conservação e as populações de seu interior e entorno (FERREIRA, 2005; FIGUEIREDO, 2011).

Para os outros 50% dos entrevistados que disseram saber o que é uma UC, foi questionado sobre a funcionalidade de uma UC e 70,3% das respostas continham algo relacionado à conservação e/ou preservação da natureza (Tabela V). Porém, quando questionados sobre a diferença entre uma UC de proteção integral e uma de uso sustentável, 63,3% responderam não saber a diferença. Tal fato vem novamente demonstrar que os conhecimentos acerca de UC não estão e são vinculados pela própria UC. BRESOLIN et al. (2010) demonstraram que estratégias de EA em UC são essenciais para o aprofundar os conhecimentos dos moradores do entorno de UC.

Observou-se que os outros 37% que disseram que sabiam a diferença entre os dois grupos de UC possuíam ensino superior completo. Um estudo feito pela OECD (2013) diz que jovens que possuem ensino superior participam mais ativamente sobre questões políticas e possuem mais acesso à informação. ANDERSON et al. (2007) avaliando a percepção da poluição aquática da África do Sul, constataram que quanto maior o nível de escolaridade, maior eram as intervenções para solucionar o problema ambiental em questão. Diante destes estudos e considerando que apenas uma minoria da população carioca possui acesso ao ensino superior (IBGE, 2010) entende-se a importância das UC implementarem atividades de educação ambiental dentro e fora de seus limites. Tais intervenções podem gerar cidadãos ativos e participativos nas questões ambientais (WITT, 2013), além de agregar conhecimento sobre o bioma e biodiversidade locais (BRESOLIN et al., 2010). Tais práticas por parte das UC evitaria o que foi observado por SILVA et al. (2009) em seu trabalho na Estação Ecológica do Seridó, na qual verificou-se que os moradores do entorno dessa UC não se sentiam integrados e responsáveis por aquela área, conferindo a responsabilidade da preservação totalmente aos gestores da unidade.

A falta de conhecimentos mais aprofundados sobre UC é demonstrada também quando alguns dos visitantes responderam que o Jardim Botânico e o Nordeste são exemplos de UC (Tabela VI). Apesar do Jardim Botânico ser um local constituído por áreas verdes e ter o intuito de conservação da natureza, em sua definição ele difere das Unidades de Conservação. Enquanto uma unidade de conservação é uma área delimitada destinada a conservação de seus recursos ambientais naturais (BRASIL, 2000), jardins botânicos são constituídos por “coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do País” (CONAMA, 2000).



Verifica-se que os visitantes possuem uma noção sobre a existência e objetivos de uma UC, porém, como apresentado anteriormente a falta de informação pode indicar que tais conhecimentos não estão diretamente ligados à própria UC, demonstrando que pode existir uma falha no que concerne à divulgação das atividades existentes no PNM Chico Mendes. Uma estratégia que já vem sendo desenvolvida e que pode gerar um efeito positivo sobre o conhecimento da função e natureza das UCs são os trabalhos de educação ambiental que ocorrem durante os dias úteis para alunos da rede pública e privada (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2014a).

O Parque também pode estar falhando na implementação de atividades previstas no plano de manejo como: "Realizar trabalhos de EA nos finais de semana; expandir a ação de EA dentro e fora do Parque". Além disso, segundo o plano de manejo, o Parque possui potenciais para maior integração com as comunidades do entorno, conta com pontos estratégicos que poderiam angariar lucro para a UC, como a lagoa que poderia receber passeios de barcos guiados. Porém, de acordo com o próprio plano de manejo, o parque encontra barreiras como falta de investimento e políticas públicas para implementação de tais atividades (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2014c). TUTIN (2002) em seu trabalho diz que: "os Parques não irão "funcionar", a menos que a necessidade de sua implantação seja amplamente entendida pelos políticos e pela sociedade civil".

Ao serem perguntados sobre o que seria conservação da natureza, 38,8% das respostas estavam relacionadas a manter a natureza, seguida de não destruir a natureza (22,4%) e não poluir com 17,9%. Apenas 7,5% das respostas relacionavam conservação da natureza com sustentabilidade, como mostra a Tabela VII. Apesar de serem categorias de respostas abrangentes, pois não se sabe como os visitantes manteriam a natureza ou como eles não destruiriam e poluiriam a natureza, tal percepção por parte da população que visita o parque aponta para certo nível de sensibilização do que seja conservar a natureza.

**Tabela V. Núcleos de sentidos encontrados nas respostas dadas ao questionamento sobre a funcionalidade de um UC.**

Padrão de respostas	Frequência das respostas	%
Conservar/preservar	26	70,27
Sustentabilidade	2	5,41
Turismo	1	2,70
Relativo a poluição	4	10,81
Educação	1	2,70
Outros	3	8,11
Total	37	100,00

**Tabela VI. Outros parques conhecidos pelos visitantes**

Resposta	Frequência das respostas	%
<u>Marapendi</u>	12	23,08
Bosque da Barra	20	38,46
Floresta da Tijuca	6	11,54
Chico Mendes	1	1,92
Jardim Botânico	4	7,69
Freguesia	2	3,85
Parque do Itatiaia	2	3,85
Alto da Boa Vista	1	1,92
Nordeste	1	1,92
Parque das Águas	1	1,92
Parque Lage	1	1,92
<u>Grumari</u>	1	1,92
Total	52	100,00

**Tabela VII. Respostas dadas à pergunta: “O que é conservação da natureza pra você?”**

Categoria de respostas	Número de respostas	%
Não poluir	12	17,91
Manter a natureza	26	38,81
Não destruir	15	22,39
Reciclar	2	2,99
Outros	11	16,42
Não respondeu	1	1,49
Sustentabilidade	5	7,46
Total	67	100,00

Tal sensibilidade pode, mais uma vez, não estar relacionada com a UC, pois quando perguntados se já receberam algum tipo de orientação sobre meio ambiente dentro do PNM Chico Mendes, 85% declararam que nunca receberam esse tipo de orientação dentro do parque. Desses, 74,5% disseram que estariam dispostos a fazer uma visita com um caráter mais educativo, na qual receberiam instruções e orientações sobre o meio ambiente. O plano de manejo do Parque conta com um programa de interpretação e educação ambiental que tem como objetivos específicos:

*“a) Estimular o visitante a conhecer e refletir sobre a dinâmica dos ecossistemas, as relações existentes entre seus componentes, enfatizando as relações entre o homem e a natureza; b) Ensinar ao visitante os procedimentos corretos a serem adotados na visita de uma UC; c) Ensinar ao visitante os procedimentos corretos a serem adotados na visita de uma UC e; d) Promover a capacitação e a formação de agentes multiplicadores (educadores/alunos e lideranças comunitárias)” (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2014b).*

O Plano de manejo do PNM Chico Mendes, inclui atividades de visitas orientadas voltadas à grupos escolares da rede pública e privada de terça a sexta feira (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2014a), porém tendo em vista esse resultado, seria interessante a existência de atividades voltadas ao público adulto na qual fossem enaltecidas a importância de se preservar a biodiversidade local, atividades a fim de divulgar o bioma Mata Atlântica, atividades que proporcionem à população práticas que não fiquem dentro dos limites da UC criando, dessa maneira, cidadãos mais ativos e participativos no que se refere à conservação ambiental consoante ao que WITT (2013) diz em seu trabalho:

*“As vivências em EA, dessa forma, devem impulsionar para o desenvolvimento de propostas tanto para a UC quanto para além de seus limites, atingindo também a comunidade do entorno, em uma visão integrada de gestão, trazendo para a discussão questões ambientais que estejam tanto vinculadas à área protegida quanto aos contextos locais e globais nos quais ela se insere e com os quais direta e indiretamente se relaciona.”*

No que diz respeito ao bioma Mata Atlântica, quando perguntados sobre quais eram as três primeiras palavras que vinham à mente quando pensavam a respeito, 43,4% relacionaram a Mata Atlântica a algum elemento biótico como: árvores, animais, plantas. Algumas pessoas, inclusive mencionaram espécies vegetais da Mata Atlântica como o Pau-Brasil e a Araucária. Além disso, 13,9% relacionaram ao bioma ações como: preservar, recuperar, conservar. As outras respostas relacionam o bioma aspectos negativos, qualidades, usos, sentimentos, elementos abióticos como mostrado na Tabela VIII. Dentre os 60 questionários, quatro pessoas não responderam, oito pessoas disseram apenas uma palavra e 11 visitantes falaram somente duas palavras.

O mesmo tipo de questionamento foi feito com relação conservação ambiental e 27,1% das respostas relacionavam conservação ambiental com preservação ou conservação, 15,5% relacionam com educação e 14,7% relacionavam a ações ou a falta dela como: respeitar, reciclar, omissão. As outras respostas estavam relacionadas a outras categorias mostradas na Tabela IX. Assim como na pergunta sobre o bioma Mata Atlântica, que possuía o mesmo formato de pergunta, nem todos os visitantes citaram três palavras, como pedido. Dentre os 60 entrevistados, cinco pessoas não responderam, sete disseram apenas uma palavra e 20 pessoas lembraram somente de duas palavras.

A relação feita entre conservação ambiental e preservação pode ser resultado do intenso foco que a mídia tem dado a essas duas palavras, como cita MENEGUZZO E CHAICOUSKI (2010) em seu trabalho, muitas vezes tratadas como sendo as mesmas coisas. Segundo FERREIRA (1999), preservação é “ação que visa garantir a integridade e a perenidade de algo”, já conservação é definida como

*“conjunto de medidas de caráter operacional- intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes – que visam a conter as deteriorizações em seu início, e que em geral se fazem necessárias com relação às partes da edificação que carecem de renovação periódica, por serem mais vulneráveis aos agentes deletérios”(FERREIRA, 1999).*

Quando se trata de meio ambiente, conservar e preservar possuem sentidos diferentes, onde conservar é proteger os recursos naturais com a utilização racional garantido a sustentabilidade das futuras gerações, enquanto que preservar está relacionado ao isolamento de determinada área a fim de evitar a perda de biodiversidade (DINIZ, 2013). Alguns visitantes (5,4%) relacionaram conservação ambiental com cidadania, como: Políticas Públicas, responsabilidade, lei.

Com exceção das Estações Ecológicas e das Reservas Biológicas, todas as outras categorias de UC podem receber visitação para outros fins que não seja somente para realização de pesquisa científica e educação ambiental (BRASIL, 2000). Os impactos causados pela visitação pública podem ser bem relevantes, assim a elaboração de um plano de manejo adequado, deve levar em consideração a harmonia entre preservação ambiental e presença humana (LEUZINGER, 2010).

**Tabela VIII.** Respostas dadas pelos visitantes quando questionados sobre as três primeiras palavras lembradas quando se ouvia falar em Mata Atlântica

Grupo de resposta	Frequência de respostas	%
Elemento biótico	53	43,44
Elemento abiótico	10	8,20
Lugar	8	6,56
Aspectos negativos	14	11,48
Qualidades	14	11,48
Usos	3	2,46
Sentimentos	6	4,92
Outros	14	11,48
Ações	17	13,93
Total	122	100,00

**Tabela IX.** Respostas dadas pelos visitantes quando questionados sobre as três primeiras palavras lembradas quando se ouvia falar em Conservação Ambiental

Grupo de respostas	Frequência de resposta	%
Educação	20	15,50
Preservação/conservação	35	27,13
Ações	19	14,73
Qualidade	15	11,63
Cidadania	7	5,43
Outros	16	12,40
Futuro	7	5,43
Lugar	5	3,88
Elemento biótico	5	3,88
Total	129	100,00

De acordo com o plano de manejo do PNM Chico Mendes o efeito de borda ocasionado pelas trilhas no interior do parque prejudica o desenvolvimento da vegetação podendo ser observada até o interior dos fragmentos. Além disso, foi observado vestígios humanos em áreas fora das trilhas, que acabam resultando em alterações na vegetação (PEFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2014a). Mas apesar das controvérsias, as UCs e a população do entorno podem ser favorecidas com a visita, como a disseminação de educação ambiental e lazer em contato com a natureza, além da possibilidade de geração de renda para os mesmos (LEUZINGER, 2010). Quando perguntados se a visita ao parque causa algum tipo de impacto ambiental, 61,7% disseram não achar que a visita pode causar algum impacto. Tal ideia pode estar relacionada com o fato de os mesmos utilizarem o parque prioritariamente para o lazer, como já mostrado na Tabela III. Em contrapartida 38,3% dos entrevistados afirmaram que a visita causa algum tipo de impacto ambiental. Como mostrado na Tabela X, segundo os visitantes, o principal impacto ambiental causado pela visita é a poluição causada pelo lixo deixado nas trilhas pelos próprios visitantes, pode ser por esse motivo que 34,8% relacionaram impactos ambientais à educação das pessoas, já que o descarte adequado do lixo depende da consciência de cada um.

**Tabela X. Respostas dos visitantes quando perguntados quais seriam s impactos causados pela visitação**

Respostas	Número de visitantes	%
Lixo	9	39,13
Depende da educa�o da pessoa	8	34,78
Não sabe	1	4,35
Influencia no comportamento animal	3	13,04
Outros	2	8,70
Total	23	100,00

## CONSIDERA OES FINAIS

A pesquisa mostrou que apesar dos visitantes terem alguma sensibiliza o em rela o ao meio ambiente, tal sensibilidade não   provocada ou relacionada com a UC, mostrando que o parque falha no que concerne em divulgar os trabalhos de EA já implementados no parque e em prorrogar a implementa o de atividades previstas em seu plano de manejo. Apesar disso, pode-se observar, por conta de alguns relatos, que a popula o acha importante ter espaços como Parque Natural Municipal Chico Mendes, por proporcionar um contato com a natureza que está cada vez mais escasso devido   expansão urbana.

Os entrevistados, em sua maioria, se mostraram receptivos quando perguntados se gostariam de fazer uma visita com caráter mais educativo, onde pudessem adquirir informa es sobre o bioma local e sobre a biodiversidade. Estes ainda demonstraram preocupa o com os animais que vivem ali, com a saúde e conserva o da lagoa bem como manuten o do espelho d' gua. Alguns inclusive declaram estar descontentes com o estado atual da lagoa das Tachas.

Diante dessa receptividade, seria interessante a implementa o de atividades que incluíssem o público adulto, atividades estas que contribuiriam na forma o de cidadãos que intervissem e participassem mais nas decisões ambientais locais.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. 2004. In: ACSELRAD, H. (Org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Funda o Heinrich B ll. p.13-35.

ANDERSON, B. A.; ROMANI, J. H.; PHILLIPS, H.; WENTZEL, M.; TLABELA, K. Exploring Environmental Perceptions, Behaviors and Awareness: Water and Water Pollution in South Africa. *Population and Environment*, n.28, v.3, p.133-161. 2007.

ATHAYDE, T. J. A Fragmenta o da Mata Atlântica. 2005a. In: ATHAYDE, T. J. *Ecologia e história Natural da Mata Atlântica*. Cap. 8. Rio de Janeiro. Ed Interciência, p.101-110.

ATHAYDE, T. J. A importância dos Ecossistemas. 2005b. In: ATHAYDE, T. J. *Ecologia e história Natural da Mata Atlântica*. Cap. 10. Rio de Janeiro. Ed Interciência, p.128-136.

BOVINI, M. G.; FARIA, M.; OLIVEIRA, R. R.; KURTZ, B. C. Inventário Florístico vascular no Monumento Natural das Ilhas Cagarras, Rio de Janeiro, RJ. 2013. In: 64 Congresso Nacional de Bot nica. Belo Horizonte, 10-15 Novembro.

BRASIL. Constituição Federal. Art. 225, de 5 de outubro de 1988. 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 ago 2017.

BRASIL. 2000. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em: 20 ago 2017.

BRESOLIN, A. J.; ZAKRZEWSKI, S. B. B.; MARINHO, J. R. Percepção, comunicação e educação ambiental e unidades de conservação: um estudo no Parque Estadual de Espigão Alto - Barracão/RS-Brasil. *Perspectiva*, Erechin, n.34, v.128, p.103-114. 2010.

CARNEIRO, E. E. Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.16-17, p.35-46. 2005.

CERQUEIRA, R; BRANT,A.; NASCIMENTO, M. T.; PARDINI, R. Fragmentação: Alguns conceitos. In: RAMBALDI, D. M.; OLIVEIRA, D. A. S (org.). *Fragmentação de ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas*. Brasília, MMA/SBF, 2003. p.24-40.

CONAMA. Resolução de ° 266 de 03 de agosto de 2000. Dispõe sobre a criação, normatização e o funcionamento dos jardins botânicos, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res03/res33903.xml>>. Acesso em: 20 de ago 2017.

CZECH, B. Technological Progress and Biodiversity Conservation: a Dollar Spent, a Dollar Burned. *Conservation Biology*, n.17, v.5, p.1455-1457. 2003.

DINIZ, B. C. Preservar é diferente de conservar, você sabia? *Agenda 21 Comperj*. 2013. Disponível em: < <http://www.agenda21comperj.com.br/noticias/preservar-e-diferente-de-conservar-voce-sabia>>. Acesso em: 25 de nov de 2015.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação do Brasil. In: GANEM, R.P. In: GANEM, R. S. (Org.) *Conservação da Biodiversidade Legislação e Políticas Públicas*. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p.341-385.

FERNANDES, R. S.; SOUZA, V. J.; PELISSARI, V. B.; FERNADES, S. T. Uso da Percepção como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. 2004. In: *II encontro da ANPPAS*, Indaiatuba, SP, Brasil. 26-29 mai.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. 2128p.

FERREIRA, C. P. Percepção ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins. 2005. 161 p. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, SP, Brasil.

GANEM, R. S.; DRUMMOND, J. A. Biologia da Conservação: As bases científicas da proteção da biodiversidade. In: GANEM, R. S. (Org.) *Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p.11-46.

GASCON, C.; LAURENCE, W. S.; LOVEJOY, T. E. Fragmentação florestal e biodiversidade na Amazônia Central. In: GAREY, I.; DIAS, B. (Org.) *Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: Avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação de monitoramento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p.112-127.

HERKENHOFF, E. V. Ecologia e conservação da Borboleta da praia, *Paridis ascanius* (Cremer, 1775) (Lep:Papilionidade). 2006. 80 p. Dissertação de Mestrado. Instituto de Biologia/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330455&search=rio-dejaneiro|rio-de-janeiro|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em: 12 de nov. de 2015.

LEUZINGER, M. D. Uso Público em Unidades de Conservação. Congresso de Direito Ambiental da PUC-RIO, 1., Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <[http://www.nima.pucio.br/aprodab/artigos/uso\\_publico\\_em\\_unidades\\_de\\_conservacao\\_marcia\\_leuzinger.pdf](http://www.nima.pucio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf)>. Acesso em: 30 de Nov. de 2015

MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. Pesquisa em Educação Ambiental, n.3, v.1 p.203-222. 2008.

MENEGUZZO, I. S.; CHAICOUSKI, A. Reflexões acerca dos conceitos de degradação ambiental, impacto ambiental e conservação da natureza. Geografia (Londrina), n.19, v.1 p.181-185. 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>> Acesso em: 05 de jul. de 2015.

MORAES, R. Mergulhos Discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. In: GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, J. V. (Org.) Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental. Ijuí: Unijuí, 2005.

OLIVEIRA, J. C. C.; BARBOSA, J. H. C. Roteiro para criação de unidades de conservação municipais. Brasília, DF : Ministério do Meio Ambiente, 2010. 68p

OECD. What are the social benefits of education?. In. Education indicators in focus. 2013. Disponível em: <[http://www.oecd.org/edu/skills-beyond-school/EDIF%202013--N%C2%B010%20\(eng\)--v9%20FINAL%20bis.pdf](http://www.oecd.org/edu/skills-beyond-school/EDIF%202013--N%C2%B010%20(eng)--v9%20FINAL%20bis.pdf)>. Acesso em: 21 de nov. 2015.

PIRES, A. S.; FERNANDES, F. A. S.; BARROS, C. S. Vivendo em um mundo em pedaços: Efeitos da fragmentação florestal sobre comunidades e populações de animais. In: ROCHA, H. G.; BERGALO, M. V. S.; ALVES, M. A. S. (Eds) Biologia da conservação: essências. São Carlos: RiMa Editora, 2006. p.231-260.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Chico Mendes. Rio de Janeiro: FUMBIO, SEA RJ, SMAC. 2014a. Vol. 1. 385p.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Chico Mendes. Rio de Janeiro: FUMBIO, SEA RJ, SMAC. 2014b. Vol. 2. 232p.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Chico Mendes. Rio de Janeiro: FUMBIO, SEA RJ, SMAC. 2014c. Vol. 3. 137p.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Bairros Cariocas. 2015. Disponível em:<<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/default.htm>> Acesso em: 03 agosto 2015.

RAMPEL, C.; MÜLLER, C. C.; CLEBSCH, C. C.; DALLAROSA, J.; RODRIGUES, M. S.; CORONAS, M. V.; GUERRA, T.; HARTZ, S. M. Percepção Ambiental da Comunidade Escolar Municipal sobre a Floresta Nacional de Canela, RS. Revista Brasileira de Biociências. (on-line), Porto Alegre, n.6, v.2, p.141-147. 2008.

ROCHA, C. F. D.; BERGALLO, H. G.; ALVES, M. A. S.; SLUYS, M. V. A biodiversidade nos grandes remanescentes florestais do Estado do Rio de Janeiro nas restingas da Mata Atlântica. São Carlos: RiMa, 2003. 160 p.

SHIRAISHI, J. C. Conflitos ambientais em unidades de conservação: Percepções sobre a Reserva Biológica da Contagem, DF. 2011. 115 p. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, DF.

SILVA, T. S.; CÂNDIDO, G. A.; FREIRE, E. M. X. Conceitos, percepções e estratégias para conservação de uma estação ecológica da Caatinga nordestina por populações do seu entorno. *Sociedade & Natureza*. n.21, v.2, p.23-37. 2009.

TABARELLI, M; MANTOVANI, W.; PERES, C. A. Effects of habitat fragmentation on plant guild structure in the montane Atlantic forest of southeastern Brazil. *Biological Conservation*. n.91, p.119-127. 1999.

TEIXEIRA, L. M. R. Efeito da fragmentação florestal no estado de São Paulo na interação de *Ficus eximia* Scott e suas vespas associadas. 2011. 68 p. Dissertação de Mestrado. USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V. Porque o mundo necessita de Parques. In: TERBORGH, J. et al. (Org.). *Tornando os Parques eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Ed da UFPR/Fundação O Boticário, 2002, p.25-36.

TUTIN, C. G. Parques na Bacia do Congo: Podem conservação e Desenvolvimento ser reconciliados?. In: TERBORGH, J. et al. (Org.) *Tornando os Parques eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Ed da UFPR/Fundação O Boticário, 2002, p.101-110.

VIEIRA, I. C. G.; SILVA, J. M. C.; TOLEDO, P. M. Estratégias para evita a perda de biodiversidade na Amazônia. *Estudos Avançados*. n.19, v.54, p.153-164. 2005.

WITT, J. R.; LOUREIRO, C. F. B.; ANELLO, L. F. S. Vivencias em educação ambiental em unidades de conservação: caminhantes na trilha da mudança. *Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. n.30, v.1, p.83-101. 2013.

WILSON, C. M. et al. Habitat fragmentation and biodiversity conservaton: key findings and future challenges. *Landascape Ecology* n.31, p.219-227. 2016.





FACULDADES  
SÃO JOSÉ

[www.saojose.br](http://www.saojose.br) | (21) 3107-8600  
Av. Santa Cruz, 580 - Realengo - Rio de Janeiro